COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 333, DE 2011

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o atendimento ao usuário nos órgãos ou entidades executivos de trânsito.

Autor: Deputado HUGO LEAL

Relator: Deputado SEVERINO NINHO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 333, de 2011, de autoria do Deputado Hugo Leal, pretende alterar a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, o Código de Trânsito Brasileiro, para determinar que os órgãos ou entidades executivos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos respectivos âmbitos de suas circunscrições, forneçam um número de protocolo para os atendimentos prestados aos usuários, e que as respostas às solicitações sejam apresentadas em até quarenta e oito horas do respectivo atendimento.

As obrigatoriedades pretendidas seriam criadas por meio de acréscimo de um parágrafo único, respectivamente, aos arts. 22 e 24, que estabelecem as competências dos órgãos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal (art. 22) e dos Municípios (art. 24).

A proposição é justificada pelo autor pela ausência de comprovação de solicitação em certos casos de atendimentos não presenciais,

como os realizados por centrais telefônicas ou pela rede mundial de computadores, ou mesmo os presenciais, como solicitações verbais. A obrigatoriedade de fornecimento de número de protocolo e a solução da demanda em até quarenta e oito horas aprimorariam o serviço público prestado por aqueles órgãos de trânsito.

O projeto de lei em comento foi encaminhado às Comissões de Viação e Transporte e a esta Comissão de Defesa do Consumidor para exame de mérito. Na primeira comissão, foi aprovado, por unanimidade, em sua forma original, em 7 de dezembro de 2011.

Esgotado o prazo regimental de cinco sessões, no período de 10/04/2012 a 18/04/2012, não foram apresentadas emendas no âmbito desta Comissão.

II – VOTO DO RELATOR

O art. 3º do Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) assevera que “fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços”. Já seu art. 6º, inciso X, consagra, como um dos direitos básicos do consumidor, “a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral”.

A presente proposição cria duas obrigações para os órgãos ou entidades executivos de trânsito: fornecimento de número de protocolo e resposta ou prestação do serviço solicitado, em até quarenta e oito horas, os quais, se espera, irão melhorar sobremaneira o serviço em questão. Desse modo, consolidar-se-ia o direito do consumidor supracitado.

Ainda que sejam entes públicos, os órgãos de trânsito prestam serviços mediante pagamento pelos usuários, à semelhança do que ocorre junto aos agentes econômicos privados. Tal comportamento os caracteriza, de forma indubitável, como fornecedores, nos termos do art. 3º do Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

Ademais, é pertinente lembrar aqui o que dispõe o CDC em seu art. 22:

“Art. 22. Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.

Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste código”. (grifo nosso)

Entendemos que a alteração proposta ao Código de Trânsito Brasileiro vem, de fato, aprimorar o dispositivo legal supramencionado, contido na lei consumerista, corroborando a relação existente entre o cidadão consumidor e o órgão público fornecedor de serviços.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 333, de 2011.

Sala da Comissão, em, de de 2013

Deputado SEVERINO NINHO
Relator